

## SINOPSE

O livro “O Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte”, organizado por Leany Barreiro Lemos, é o quarto volume da Série Unilegis/ Ciência Política. Apesar do protagonismo político e do privilégio constitucional – é um dos senados mais poderosos do mundo -, o Senado brasileiro permaneceu pouco conhecido e é até hoje pouco explorado pela disciplina. Assim, sua organização, no marco dos 20 anos da Carta de 1988, busca sistematizar o conhecimento mais recente sobre a câmara alta brasileira, com artigos sobre as prerrogativas da câmara alta brasileira, as características de seus membros e seus processos de seleção, sua forma de organização interna, os poderes de suas comissões, sua produção legislativa e como desempenha o papel de controle sobre o poder executivo.

O livro está dividido em quatro partes. A primeira é mais geral e se encarrega de abordar questões clássicas dos estudos sobre senados: o federalismo, o presidencialismo, os tipos de representação das câmaras altas. Essa parte compõe-se dos artigos de Pedro Robson Neiva e Ana Luiza Backes.

Na segunda parte, o foco são os membros do Senado e suas carreiras, ou os padrões de recrutamento da instituição. Traz textos de Leany Barreiro Lemos e Sonia Ranincheski, sobre os senadores brasileiros na década de 90, de Mariana Llanos e Francisco Sánchez, comparando os senadores do Cone Sul, e de Simone Bohn, sobre gênero.

A terceira parte, mais longa, concentra-se na atividade legislativa do Senado - suas prerrogativas e seu desempenho em comparação com a Câmara-, bem como na organização do seu sistema de comissões. Dois estudos apresentam o processo legislativo no Senado, em comparação com a Câmara, no agregado (Paulo Magalhães Araújo e Paolo Ricci); e dois trazem estudos de caso do processo legislativo, um sobre ajuste fiscal dos anos 90, e outro políticas de saúde (Marcello Branco e Luiz Carlos Romero et alli); e o último, uma análise do eixo de comissões, sua hierarquia, seu controle pelos partidos e distributivismo (Leany Barreiro Lemos)

A quarta e última parte do livro cuida de duas prerrogativas exclusivas do Senado, ligadas ao controle: o artigo de Maria Rita Loureiro aborda o controle exercido pelo Senado brasileiro sobre o endividamento público no Brasil, único país onde o Senado tem essa prerrogativa; e o de Leany Barreiro Lemos e Mariana Llanos, a aprovação das autoridades indicadas pelo poder executivo.

São, assim, doze capítulos sobre aspectos distintos da instituição com uma grande diversidade de argumentos, abordagens e conclusões, que ajudam a entender um pouco mais o funcionamento, micro ou macro, do Senado, e o tipo de interação com outras instituições e poderes - especialmente com o poder executivo, mas também o papel que exerce junto à (ou em contraposição à) Câmara baixa.